

INSTITUIÇÃO DE ABRIGO – QUE LUGAR É ESTE?

Autora: Prof^a Especialista Tatina Pires Escobar
Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Alcione Munhóz

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem origem de um trabalho monográfico, realizado no curso de Especialização em Educação Especial, pela Universidade Federal de Santa Maria. O intuito deste estudo foi conhecer como estão estruturadas as instituições de abrigo para satisfazer as necessidades básicas da infância e propor, se necessário, algumas mudanças neste ambiente visando a melhoria do desenvolvimento infantil.

O artigo que segue encontra-se organizado da seguinte maneira: primeiramente apresentamos algumas das idéias que nos auxiliaram no aprofundamento teórico de nosso estudo, ressaltando a visão de autores como Goffman (1996), Anna Freud (1954), Spitz (1966) e Badinter (1980), todos, em diferentes aspectos colaboraram nas reflexões aqui realizadas a respeito do processo de institucionalização. Em um segundo momento apresentamos os procedimentos metodológicos que foram utilizados para alcançar o objetivo do estudo monográfico. Por fim fazemos algumas reflexões a partir dos resultados do estudo e apresentamos as considerações finais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Como a instituição de abrigo atua sobre o indivíduo?

Ao estudar o processo de institucionalização é preciso considerar que ao chegar em qualquer novo ambiente, o indivíduo traz consigo toda uma bagagem cultural e concepções acerca de quem é, que o caracteriza como sujeito social e facilita suas relações com o outro. O que ocorre em uma instituição que servirá como estabelecimento de moradia é aquilo que Goffman (1996) traduz de “mortificação do eu”. Por meio de suas regras e padronização, a instituição atua sobre o indivíduo de forma que ele esqueça (ou mate) seu eu para tornar-se mais um dentro deste ambiente. A primeira mutilação do eu, colocada pelo autor, são as barreiras entre o internado e o mundo externo. O autor nos exemplifica esta questão com a seguinte passagem: “em muitas instituições totais¹,

¹ Segundo Goffman (1996, p.16) instituição total é aquela que “seu fechamento ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico”

inicialmente se proibem as visitas vindas de fora e as saídas do estabelecimento, o que assegura uma ruptura inicial profunda com os papéis anteriores e uma avaliação da perda do papel” (1996, p. 24).

Nas instituições que abrigam crianças muitas vezes há proibição dos pais irem visitá-las. Numa tentativa de “castigar” pai e mãe, castigam a própria criança que vivencia o fim (aparente) de tudo aquilo que lhe era familiar, despersonalizando-se e tendo que “nascer” em um novo mundo. Mas não é apenas a instituição (ou os órgãos responsáveis por este tipo de decisão) que limitam visitas, muitas vezes os pais e familiares “esquecem” da criança abrigada e outros não possuem condições financeiras para pagar a (s) passagem(ns) de ônibus para irem até a instituição.

Existem outras formas que auxiliam para a mortificação do eu dentro das instituições. Goffman (1996, p. 28) , diz que

bens individuais tem uma relação muito grande com o eu. A pessoa geralmente espera ter controle da maneira de apresentar-se diante dos outros. Para isso precisa de cosméticos e roupas, instrumentos para usá-los ou consertá-los, bem como um lugar seguro para guardar esses objetos e instrumentos (...) o indivíduo precisa de um ‘estojo de identidade’ para o controle de sua aparência pessoal.

Ao entrar em uma instituição esta identidade pela aparência geralmente se perde, pois seus bens pessoais ou ficam de uso comum a todos abrigados ou são mantidos fora do alcance de seus dono, como o caso das prisões. Em abrigos para crianças, geralmente as roupas e brinquedos que ela traz para este novo mundo é utilizado por todas as outras crianças e colocados juntos como pertences em comum, onde se encontram as vestimentas de outras crianças e àquelas recebidas por doações.

A questão das doações é outro tema que deve ser tratado quando se fala na formação ou perda da identidade pessoal. Em estabelecimentos filantrópicos as doações são muitas, algumas vezes de roupas surradas, brinquedos quebrados ou outras coisas que, para não colocar fora, as pessoas “doam”. Estes objetos são utilizadas por todas as crianças e auxiliam negativamente na construção de suas auto imagens e identidades pessoais.

Família e abandono: um problema de ordem social, econômica e histórica

Família s.f. 1. Núcleo parental formado por pai, mãe e filhos. 2. Pessoa do mesmo sangue; parentela. 3. Linhagem; estirpe. Esta definição encontrada em Luft (2002, p. 320), nos remete a

concepção atual que temos dos grupos familiares. Ainda se faz forte a presença de um pai e de uma mãe convencional para acatarmos o conceito de família. Porém frente a tantas modificações sociais, ambientais, culturais, políticas e religiosas, o grupo familiar, ou a idéia de família não poderia ficar imutável.

Para Osório (2002), não é possível conceitualizar família, e sim apenas descrever suas diferentes estruturas, nas diferentes épocas e em diferentes povos. O autor ainda ressalta que a família, tal qual a compreendemos atualmente, possui três funções primordiais. A primeira seria a função biológica, na qual assegura-se a sobrevivência da espécie através da nutrição e das condições ambientais adequadas ao recém nascido. Em um segundo momento a família têm a função psicológica na qual deve prover o alimento afetivo, tão essencial para a sobrevivência humana quanto o fator nutricional. Para Osório (2002, p. 20) “sem o afeto ministrado pelos pais ou seus sub-rogados o ser humano não desabrocha, permanece fechado em uma espécie de concha psíquica, caracterizando um estado de enquistamento emocional que denominamos autismo”. No referente a terceira função familiar, a qual o autor denomina de função social, seria preparar o novo membro familiar para o exercício da cidadania, levando-o a conhecer as pautas socioculturais pertencentes ao seu grupo étnico.

Ao longo dos séculos o grupo familiar ocidental caracterizou-se de diferentes formas, desde a “família consangüínea”, na qual o intercuro sexual entre parentes era socialmente aceito, até a que predomina atualmente, denominada de “família monogâmica”. Esta última, para Osório (2000, p. 28) tem suas origens na “idéia de propriedade ao longo do processo civilizatório. A fidelidade conjugal como condição para o reconhecimento de filhos legítimos e a transmissão hereditária da propriedade, bem como o estabelecimento da coabitação exclusiva demarcando o território da parentalidade”. Osório (2002, p. 28), trabalhando sobre a idéia de Engels, revela que:

a família monogâmica teria sido a primeira família fundada não mais sobre condições naturais e sim sociais, já que monogamia (...), não seria decorrência do amor sexual e sim do triunfo da propriedade individual sobre o primitivo comunismo espontâneo (...). Como a inclinação natural do homem seria a liberdade de intercâmbio sexual, a monogamia teria sido responsável pelo incremento da prostituição e pela falência desse sistema familiar nos dias atuais

De acordo com a citação acima podemos perceber o quanto a estrutura familiar encontra-se submetida ao poder econômico, assim como as desestruturas familiares. Atualmente temos 23

milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da miséria², morando em barracos, ou um pouco mais (ou menos) que “chiqueiro”, sem a menor condição de manter um ambiente saudável ao desenvolvimento de suas crianças. Para falar em família e abandono estes dados são imprescindíveis, pois nos proporcionam um olhar mais amplo da sociedade em que estamos inseridos, uma sociedade repleta de contradições, onde os valores familiares só possuem sustentação mediante ao suprimento de necessidades básicas, as quais 14,5% da população brasileira não tem acesso a este suprimento.

As crianças de até 15 anos de idade, representam 45% dos miseráveis de nosso país, isso deve-se ao alto índice de natalidade entre os grupos menos favorecidos. Para Mendonça (2002, p. 92) “entre as famílias mais pobres registra-se hoje uma taxa de natalidade de 5 filhos, maior que a média entre as faixas mais altas da pirâmide social, perpetua-se assim a pobreza, que cresce num ritmo maior que a capacidade de geração de riqueza e empregos da economia”

Apesar destes dados, temos um grande número de pessoas voluntárias que trabalham para atenuar o sofrimento de indivíduos que vivem abaixo da linha da pobreza. Há no Brasil um forte incentivo a solidariedade e, em contrapartida, também há um arrecadamento absurdo de impostos cujas estatísticas apontam o gasto de 21% deste dinheiro para a área social. Com tudo isso uma pergunta permanece: por que não há uma diminuição efetiva no índice de pobreza em nosso país? Para responder a esta questão é necessário levar em conta os fatores sócio- históricos e econômicas que se perpetuam em nosso país. Dentro de uma visão economista Mendonça (2000, p. 86-87) constata que:

a pobreza extrema e inelutável reduz a competitividade do país e restringe suas possibilidades de mover a economia pela força do mercado interno. Mas a verdade cruel é que, nas contas macroeconômicas, a questão da miséria absoluta é apenas um detalhe. A porção mais pobre da pirâmide, os miseráveis, não produz e pouco consome. Ou seja, os miseráveis nem entram na equação econômica de um país moderno. Teoricamente a economia pode muito bem funcionar sem que se leve em conta sua existência.

Dentro deste contexto, podemos ressaltar que, apesar do Brasil investir uma boa quantidade de dinheiro para a área social, o grande fator para a não diminuição da miséria brasileira é que este dinheiro é investido de forma desigual. É dentro deste quadro desconsolador que procuramos entender a família brasileira. Segundo dados da UNICEF/IBGE³, 39% da família brasileira têm

² Os dados referentes a situação econômica de nosso país, expostas neste capítulo, foram retiradas da Revista Veja de janeiro de 2002, da reportagem “O paradoxo da miséria” por Ricardo Mendonça , p. 82 a 93.

³ Revista ISTO É , reportagem “Lar triste Lar”, por Adriana Souza e Silva, pg 40 a 43, ano 2000

renda mensal per capita inferior a meio salário mínimo; 52,6% dos pais freqüentaram a escola, por, no máximo quatro anos; 22,2 % não contam com abastecimento de água dentro de casa e 37,8% das moradias não têm tratamento de esgoto adequado. São nestes lares que vivem 2 de cada 5 crianças de 0 a 14 anos (ISTO É, 2000). Dentro desta realidade é que crianças cada vez mais cedo vêm abandonando seus lares ou sendo abandonadas por seus pais. A miséria é forte propulsor para a desestruturação das famílias, as crianças aprendem a se virar desde cedo e os pais, muitas vezes sem condições de auto sustentarem-se, acabam entregando-se para o álcool, abandonando seus lares, deixando os filhos a mercê da sorte.

A problemática da miséria que têm levado pais a abandonarem seus filhos, não é privilégio do século XXI.

Desde os séculos XII e XIII, a igreja condena vigorosamente o abandono dos filhos (...). Por sua vez o Estado tomou medidas coercivas. Mas ante o mal irreprimível e a miséria da maioria, compreendeu-se que seria melhor se adaptar à necessidade e tolerar o abandono, para limitar o infanticídio. Foi com esse espírito que se criaram, no século XVII, as primeiras casas para o acolhimento de crianças abandonadas (BADINTER, 1980, p.36)

A situação econômica sempre foi referencial para compreender a problemática do abandono, porém outros fatores perpassaram por nossa História e devem ser levados em consideração ao tratarmos deste assunto tão complexo.

Ao falarmos de abandono nos remetemos diretamente aos nossos valores familiares, nos percorre, no mínimo, uma sensação de desconforto ao pensar que pais, em especial as mães, abandonam seus filhos. Porém, é preciso levar em consideração, que o amor materno nem sempre foi tão valorizado como nos últimos tempos. Até a metade do século XVIII, ele não tinha a importância que o conferimos atualmente, sendo até condenado em certas épocas. “Os pedagogos, quase sempre mestres em teologia, recomendam aos pais a frieza em relação aos filhos, lembrando-lhes incessantemente sua malignidade natural, que seria um pecado alimentar” (BADINTER, 1980, p. 48). A autora ressalta que até meados do século XVIII, na França e em parte da Europa, a questão de crianças abandonadas provindas de famílias abastadas, estava bastante ligada a cultura predominante da época, cuja demonstração de amor excessivo aos filhos era considerado perda de tempo e deselegante.

Apesar dos altos índices de abandono da época, e a pouca importância social dada a criança pequena, não é possível afirmar a inexistência do amor materno neste período. Para Badinter (1980, p. 64) seria imprudente afirmar que: “todas as mulheres que abandonavam, de um modo ou de

outro, o filho o faziam por falta de amor. Elas estavam reduzidas a uma tal penúria física e moral que é justo indagar se teria havido lugar para outro sacrifício vital; como o amor e a ternura teriam podido expressar-se nessa situação catastrófica?

Percorrendo a História e a situação sócio- econômica da maioria das famílias que abandonam seus filhos, podemos concluir que a problemática do abandono têm raízes na questão cultural de um povo e época, porém é marcante a presença da miserabilidade nestas situações. A manutenção de valores familiares, tal qual a conhecemos atualmente, só é possível mediante a sustentabilidade do corpo físico. A natureza humana, seu instinto de sobrevivência, vai além de qualquer valor sociocultural.

Conversando sobre o desenvolvimento da criança institucionalizada

A instituição de abrigo para crianças nos remete diretamente a uma imagem de filantropia, caridade cristã e assistencialismo. É no fortalecimento dessas idéias que estes abrigos vem sobrevivendo, pois a maioria são constituídos por Ong's e não recebem (ou recebem o mínimo) auxílio financeiro do poder público.

As instituições garantem a sobrevivência física de suas crianças, alimentando-as, cuidando de sua higiene e vestindo-as adequadamente. Em um primeiro momento são essas as necessidades que devem e são supridas pelo abrigo, porém ao discutir a problemática do desenvolvimento infantil, nos deparamos com outras questões que a instituição não consegue dar conta, devido a falta de recursos acima referidos.

Para que uma criança não tenha comprometimento no seu processo de maturação é preciso que ela esteja inserida em um ambiente que atenda também suas necessidades psicológicas. Para isto, segundo Spitz (1966) é necessário que a criança:

- ❖ se sinta segura, isenta de qualquer perigo e isto apenas o objeto da libido, no caso a figura materna, pode oferecer;
- ❖ tenha possibilidade contínua de descarregar suas tendências agressivas e libidinais, esta descarga é dirigida em forma de afeto para o objeto da libido assim como na interação da criança com o dito objeto.

Crianças institucionalizadas possuem poucas oportunidades para estas trocas, geralmente a relação com seus cuidadores é limitada apenas ao atendimento das necessidades biológicas. Embora, muitas vezes, o abrigado reconheça seus cuidadores como figura parental, ou objeto da

libido, o fato desses serem presenças transitórias na instituição e/ou terem que atender muitas crianças ao mesmo tempo, o pequeno infante não consegue ligar-se a uma figura fixa ou ter todas suas necessidades atendidas. Com estas faltas, todos os pontos do desenvolvimento infantil que necessitam de identificação afetiva para decorrer naturalmente, ficam comprometidas. Para corroborar com nossa afirmação Freud & Burlighan (1954) nos dizem que na área da linguagem as crianças institucionalizadas estão em desvantagens, pois, esta faculdade desenvolve-se com o contato estrito entre as crianças e seus pais (imitação- força motora para ocorrer a necessidade de fala).

Nas instituições de abrigo a criança é privada de certos conhecimentos culturais, o que implica diretamente no seu comportamento social e educacional. Estes ambientes levam ao abrigado a crer que o mundo é composto majoritariamente por crianças e que todas as atividades estão relacionadas a elas, isto de acordo com Freud & et all (1954) não implica uma idéia de “ego-centrismo”, pelo contrário, a criança abrigada, de acordo com as autoras, passam muito rapidamente por esta fase, chegando a queimar etapas, pois muito cedo aprendem a dividir o espaço, os brinquedos e a atenção das cuidadoras com um grande número de crianças.

A consequência desta vivência em um mundo artificial é realmente a limitação cultural destes indivíduos, pois a instituição:

cria, infalivelmente uma imagem deformada da vida, desconhece os diversos trabalhos e profissões diferentes daqueles relacionados com a criança; como não é levado a lojas e não faz compras, ignora mais ou menos, tudo a respeito de dinheiro; não sabe bem de onde vem as coisas indispensáveis à vida, pois tudo lhe é dado no momento oportuno. Não assiste às compras, nem ouve discutir os pormenores. Pouca ocasião tem de estar só, ou sem vigilância, inclusive dentro de casa” (FREUD E BURLIGHAN, 1954, p. 131)

À criança privada culturalmente, cujo desenvolvimento psicológico venha a sofrer atrasos, Vigotsky (1989) denomina de criança primitiva (niño primitivo). Estes indivíduos podem vir a desenvolver alguma deficiência mental, porém diferem de outras crianças com esta particularidades, pois: “la psique primitiva es una psique sana; dadas ciertas condiciones, el niño primitivo cumple un desarrollo cultural normal, alcanzado el nivel intelectual del hombre culto. Esto es lo que distingue el primitivismo de la debilidad mental” (VIGOTSKY, 1989, p. 28).

Este primitivismo que aborda Vigotsky, está diretamente implicado na questão educativa da criança abrigada, se o professor não conhecer as privações culturais que seu aluno foi exposto, poderá não atender suas reais necessidades educacionais, facilmente o confundirá com alguma

anormalidade de cunho orgânico e, como ocorre na maioria destes casos, desacreditará nas suas potencialidades. Nesse caso, impedindo-o de ter acesso a uma educação de qualidade e estimuladora do pensamento criativo, fortalecendo desta forma todas as limitações que o aluno já vivenciou.

A soma da privação da figura materna com a privação cultural é um dos fatores mais influentes na formação de comportamentos sociopatas e delinquência juvenil. Para Winnicott (1982), se a criança viver em um lar instável e impessoal, que não lhe forneça sentimento de amor e força ela não conseguirá estruturar-se emocionalmente e após os primeiros anos de vida procurará fora esta estabilidade. A princípio sua procura será entre os familiares, amigos da família, professores. Procurará nestas figuras e em atitudes anti-sociais, como o roubo, a doçura da figura materna e a autoridade paterna. O autor esclarece, que estas imagens são da própria criança, pois foi ela que criou estas representações de pai e mãe. Suas atitudes sociopatas é uma maneira de lidar com suas frustrações, um pedido de limite aos seus impulsos. Para Winnicott (1982, p. 258):

só quando a figura paterna, severa e forte , está em evidência é que a criança recupera seus primitivos impulsos amorosos, seu sentimento de culpa e seu desejo de corrigir-se. A menos que caiam em dificuldades graves, o delinqüente só poderá tornar-se cada vez mais inibido no amor e, por conseqüência, cada vez mais deprimido e despersonalizado, acabando, finalmente, por ser incapaz de sentir a realidade das coisas, exceto a realidade da violência.

Todos os autores trabalhados neste estudo foram categóricos em afirmar o quanto o ambiente é decisivo na formação do caráter e do desenvolvimento global dos indivíduos. Podendo ser extremamente favorável, ou prejudicial. É correto afirmar que não é a instituição de abrigo por si só que prejudica o processo de maturação infantil, mas como ela e qualquer ambiente de função familiar está constituído.

Procedimentos Metodológicos

O estudo foi realizado em uma instituição de abrigo no município de Santa Maria, caracterizamos o trabalho como pesquisa descritiva, de análise qualitativa com características de estudo de caso.

Para Triviños (1987) o estudo descritivo tem o objetivo de descrever uma determinada realidade, além de conhecer as pessoas e os problemas que permeiam uma determinada comunidade. Com a análise qualitativa o trabalho reafirma sua rejeição a chamada neutralidade

científica. Compreendendo que o olhar do pesquisador sobre a realidade apontada estará fortemente influenciada por sua carga social, esta influência é percebida desde a escolha da fundamentação teórica até a descrição dos fenômenos percebidos durante a coleta de dados.

Podemos afirmar, baseadas no autor acima, que as características de estudo de caso aparecem, em dois momentos no nosso trabalho: quando fazemos uso de estatísticas simples, elementares e no momento que buscamos o aprofundamento de uma determinada unidade, no que tange nosso estudo: a instituição de abrigo

Para a coleta de dados utilizamos os seguintes instrumentos de pesquisa:

- ❖ Observação participada;
- ❖ Análise documental;
- ❖ Entrevista semi- estruturada

Trivinõs (1987, p. 145), descreve a entrevista semi-estruturada como *“aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam a pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas dos informantes”*.

O autor ressalta que as questões das entrevistas semi-estruturadas são resultados do enfoque teórico que nutre a prática do pesquisador, assim como de todos os fenômenos sociais percebidos por ele e que interessam ao estudo.

A análise documental deste trabalho, limitou-se aos arquivos que continham o histórico das crianças que encontravam-se abrigadas na instituição, alguns projetos desenvolvidos pela mesma e o histórico da entidade.

As observações participadas foram realizadas por meio de atividades desenvolvidas com as crianças, estas atividades foram de cunho lúdico e conversas informais. Também foi observado o ambiente e as relações dos funcionários com as crianças abrigadas.

Análise de alguns dados obtidos com a pesquisa

Como encontra-se estruturada a instituição de abrigo

Para conhecer a postura ideológica do estabelecimento estudado, procurei estar atenta ao discurso de seu corpo diretivo e de seus funcionários, também busquei ampliar este conhecimento por meio da leitura de seus projetos⁴ e da observação de seu cotidiano.

⁴ A instituição possui alguns projetos que dão indicativos sobre suas ideologias. Estes trabalhos mostram o que a instituição deseja alcançar em termos de melhoria da qualidade de vida de seus sujeitos e o que será realizado para concretizar estes objetivos

Análise de alguns dados obtidos com a pesquisa

Como encontra-se estruturada a instituição de abrigo?

Para conhecer a postura ideológica do estabelecimento estudado, procurei estar atenta ao discurso de seu corpo diretivo e de seus funcionários, também busquei ampliar este conhecimento por meio da leitura de seus projetos⁵ e da observação de seu cotidiano.

Com base nestes dados ficou claro de que o desejo da instituição é aproximá-la ao máximo da realidade de uma família bem estruturada, no entanto a entidade não possui um número de cuidadoras o suficiente (4 cuidadoras para mais de 40 crianças, duas por turno) para haver uma aproximação com ambiente de família. Fica implícito nos discursos das funcionárias que valores como o afeto, o respeito, bons conselhos “o mesmo que eu daria pra minha filha”, permeiam a postura ideológica da instituição.

Na fala das funcionárias do lar é também possível perceber que há uma mistura de papéis, refletida nas atitudes das crianças e fortalecida pelo comportamento das funcionárias: **A minha relação com as crianças? eu sou assim que nem uma mãe né? (L., responsável pela limpeza).**

“As crianças são nossos filhos, a gente tá sempre aconselhando as gurias mais velhas, assim. Olha, este conselho que to te dando daria pra minha filha. Eu falo: Vocês são que nem nossos filhos”(C.,cozinheira).

Estas colocações sobre o comportamento das crianças, onde as mesmas confundem os papéis das funcionárias com o papel materno, nos remete diretamente as pesquisas de Freud & Burlighan (1954), para estas todas as crianças apresentam apego precoce com suas mães, no caso das crianças institucionalizadas este apego permanece insatisfeito, o que pode levá-los a apresentar comportamentos extremos: uma procura exagerada pelo amor materno (substituições), nunca satisfeito e portanto, trocam o objeto de seu devotamento seguidamente.

As crianças estudadas não só trocavam seu objeto, como devotavam seu carinho “filial” a muitas funcionárias. Esta confusão dos papéis era fortalecido pela ideologia implícita da instituição que era oportunizar a essas crianças um lar mais próximo de suas idéias de família.

Após estas afirmações nos cabe questionar que idéia de família as funcionárias levam para sua prática junto às crianças, apesar de Osório (2000, p.10) afirmar que “família é assunto de

⁵ A instituição possui alguns projetos que dão indicativos sobre suas ideologias. Estes trabalhos mostram o que a instituição deseja alcançar em termos de melhoria da qualidade de vida de seus sujeitos e o que será realizado para concretizar estes objetivos

interesse universal em que todos somos especialistas por delegação existencial”, é preciso levar em consideração que as diferentes vivências levam a representações diferenciadas dos papéis parentais. Entra em questão quais são as posturas apresentadas pelas cuidadoras quando afirmam serem “como uma mãe e tratarem como se fossem seus filhos”. Nas observações realizadas pude perceber que algumas dispunham de mais atenção e paciência para com as crianças, outras negavam colo e algumas vezes eram até ríspidas pois acreditavam que esta é uma forma de agir para que as crianças “não pegassem balda”.

É possível que todas estivessem sendo coerentes com seu discurso maternal, pois cada uma seguia suas próprias vivências como filhas e mães. O que se torna problemático é o reflexo que isto trará para o desenvolvimento da criança abrigada, pois, segundo Freud & Burlighan (1954), na família a criança esforça-se para parecer com seus pais. Nas creches-lares os substitutos destes (no caso as cuidadoras) exercem esta função, as crianças imitam gestos, posturas, manias, expressões e até mesmo a profissão das pessoas que lhes são importantes afetivamente. Estes indivíduos podem mudar constantemente e/ou a criança pode apresentar comportamentos antagônicos se mantém a relação afetiva/imitação com duas ou mais figuras.

No referente ao aspecto financeiro, a instituição mantém-se basicamente das doações. Estas provém da comunidade em geral e de pessoas que contribuem com uma mensalidade, estas são referidas como sócios.

A instituição pesquisada sobrevive de doações não apenas financeiras, mas também de leite, outros alimentos, roupas que são vendidas em um brechó mantido dentro da instituição ou colocadas no armário para o uso comum das crianças. Estas doações não são fixas, a instituição não possui nenhum contrato com empresas, que garantam uma quantidade X de dinheiro ou produtos. O único recurso financeiro certo que recebem mensalmente provém da prefeitura, R\$ 0,35 por criança. Ao total a prefeitura contribui com R\$ 1.050,00 que é o recurso de cada criança somado a outros benefícios para auxiliar uma instituição que abriga em média 50 crianças, mais algumas mulheres que são vítimas de violência e necessitam de abrigo provisório, no caso destas mulheres sua permanência na instituição não passa de 10 dias. Ao ser questionada sobre este valor S., coordenadora da instituição nos afirmou que: **“ainda bem que rola alguma coisa, pior senão tivesse nada, dá pra comprar galinha, arroz, sempre ajuda. Este dinheiro vem a calhar em bem boa hora, nos ajuda bastante, quando não tem uma coisa tem outra.** Não havia nenhuma queixa no sentido financeiro, qualquer ajuda é sempre bem vinda e a instituição parece estar acostumada (conformada) a viver sem estabilidade neste sentido.

Nem medicamentos para as crianças são providos do sistema público de saúde, caso uma criança adoça seu atendimento é realizado por médicos voluntários e seu tratamento pago pelo

dinheiro que a instituição arrecada de doações. Para as fraldas dos bebês também é retirado dinheiro deste mesmo fundo.

Quem são e o que pensam as pessoas que trabalham na instituição de abrigo?

Para verificar quem são as pessoas que trabalham na instituição de abrigo e o que pensam sobre a problemática envolvida em seu local de trabalho, optamos pela entrevista semi-estruturada com alguns funcionários. A preferência, nesta situação, foram para aquelas que mantinham maior contato com as crianças, tendo em vista que o objetivo deste trabalho é conhecer como a instituição está preparada para receber estas crianças.

A entidade hoje tem 10 empregados: uma cozinheira, uma lavadeira, quatro monitoras, um responsável pela horta, outro para manutenção e duas pessoas que trabalham no brechó. Todos com vínculo empregatício.

A última funcionária contratada já está há dois anos trabalhando. Todas afirmam gostar do que fazem, não encontram nenhuma desvantagem em seu trabalho. Segundo S., coordenadora da instituição, para trabalhar na instituição é necessário que **“a pessoa abrace a causa, acho isso muito importante, o primeiro passo é você gostar do que faz e vestir a camiseta da instituição por que você lida com diversos tipos de pessoas, de crianças e adultos. Primeiro passo é gostar, abraçar a causa e gostar.”**

Freud & Burlighan (1954) afirmam que os sentimentos gerados em uma instituição de crianças de forma alguma substitui os sentimentos que normalmente teriam com seus pais. Estas emoções continuam incompletas e se manifestam sempre que oportuno, principalmente, se estas conheceram pouco suas mães. Para suprimir estas necessidades as crianças formam suas famílias artificiais (mãe substituta) que pode ser qualquer pessoa que a criança tenha contato, as crianças são prejudicadas por que a presença destas pessoas normalmente é passageira. No caso da instituição estudada, os laços que as crianças venham formar com alguma funcionária não será prejudicado por esta questão, pois até o presente momento todas as funcionárias estão trabalhando a um período mais longo do que o máximo que a maioria⁶ das crianças permanecem na instituição. Isto deve-se a boa adaptação das funcionárias com seu trabalho, além de um carinho especial que as mesmas dedicam a sua prática

Apesar da coordenadora afirmar que a formação profissional é muito importante, não há cursos de capacitação para os trabalhadores da instituição, nem há uma preocupação com nível de

⁶ Temos o caso de duas moças que estão abrigadas desde os 2 e 6 anos. A primeira hoje tem 15 anos e a segunda 16 anos

escolaridade ou de que estes tenham conhecimento sobre o desenvolvimento infantil. O que ocorre é uma conversa informal com a futura contratada onde são abordados temas como o Estatuto da Criança e do Adolescente e a proposta da instituição. Apesar das funcionárias entrevistadas não terem um nível de escolaridade elevada (a maioria não possui o Ensino Fundamental completo) é inegável a experiência destas mulheres com crianças de camadas populares, possuem um linguajar simples e direto, se arrumam de maneira também simples, o que além de facilitar o movimento na lida diária, não cria nenhum tipo de constrangimento para as crianças, já que a maioria não vem de ambientes e nem está acostumada com “salto alto, camisa de seda e maquiagem”.

No que se refere as expectativas que as funcionárias têm em relação ao futuro das crianças abrigadas, todas apresentam um senso de realidade bastante apurado, mas com uma mistura de desejo que a vida se revele mais saborosa do que prevêm:

“Que todo mundo vá pra casa. Se não tiver família ou a família não tem condições a melhor coisa é ir pra adoção, ganhar carinho e tudo por que tem várias crianças que vão pra uma casa e voltam. Por que eles não tem um amor de família, acham que uma criança é um... qualquer coisa, que usam um pouquinho. Isto tá muito errado, eu fico indignada com isso e depois trazem de novo pra instituição. O bem a gente não pode esperar de todo, né? Teve muitos que saíram e foram para um lugar meio...Que a gente achava que podiam ir pra estes lugar pelo jeito que faziam. Não faziam nada, só queria saber de namorado. Aí foram pra rua, se prostituir.” (A, atendente)

“Eu acho que o futuro deles é bem melhor, por que eles vem assim de um lugar sofrido e aqui eles são bem acolhidos, bem tratado, tem tudo do bom e do melhor.” (L, da limpeza)

“Os bebezinhos acho que vão se criar umas crianças tristes, embora tenha um monte de gente pra trazer alegria pra eles. A gente faz o possível pra deixar eles bem, mas sempre tem uns meio tristes, que já vem acho desde a barriga da mãe como a gente diz, já de nascença, já trazem esses problemas.” (C, cozinheira)

Foi possível verificar em suas falas algumas contradições, provavelmente provindas do forte imaginário que possuem a respeito de família, ao mesmo tempo que afirmavam que as crianças deveriam voltar pra seus familiares, pois lá eles teriam amor e carinho, culpavam estes mesmos pelo abandono e toda a forma de violência que as crianças eram vítimas. Prevalece novamente a idéia de que a melhor instituição é sempre pior que a pior família.

As funcionárias também falaram sobre a definição que dariam para as crianças abrigadas. Todas comentaram sobre a revolta que as crianças chegavam no estabelecimento, porém a maioria afirma que com o tempo se acalmam e tornam-se carinhosas e obedientes.

Quanto a visão das funcionárias a respeito do preparo da instituição para receber crianças, todas elogiaram o local, acreditam que houve um grande avanço nos últimos anos. Também afirmam que ali é o local em que as crianças tem de tudo, coisas que não teriam se estivessem em casa.

Por fim, ficou claro de que todas as funcionárias possuem um carinho especial pelas crianças, um misto de piedade e revolta com a situação em que os pequenos se encontram, porém para garantir a funcionalidade do estabelecimento as mesmas não se envolvem demasiadamente, muitas evitam dar colo e até a mão, utilizam muito o recurso da fila, para manter as crianças organizadas na hora do banho, do escovar os dentes, do pentear o cabelo, do atar o sapato, para irem aos projetos (aulinha) e etc. Tudo isto visando o pleno funcionamento da instituição, dentro dos recursos que a mesma tem disponível.

Quem são as crianças da instituição de abrigo?

Para conhecer quem são as crianças da instituição, utilizamos de entrevista semi-estruturada com as funcionárias da instituição e com uma estagiária do curso de Pedagogia. Realizamos observações e conversas informais com as crianças a respeito de suas vivências escolares além da análise documental, para verificarmos quais os principais motivos que levam as crianças para o abrigo.

Nas observações realizadas, as crianças falavam muito sobre suas mães, enfatizando as promessas que as mesmas lhe fizeram em dias de visita e de como seriam suas vidas depois de saírem do abrigo. O período de abrigadas é como uma pausa na vida da maioria das crianças, em suas falas só havia dois momentos que espontaneamente falavam: antes da instituição e depois da instituição (perspectivas de retorno ao lar ou de adoção). Para Goffman (1996, p. 64):

entre os internados de muitas instituições totais, existe um intenso sentimento de que o tempo passado no estabelecimento é tempo perdido, destruído ou tirado da vida da pessoa(...)este tempo é algo que foi posto entre parênteses na consciência constante, e de uma forma que dificilmente se encontra no mundo externo. Por isso o internado tende a sentir que durante a sua estada obrigatória- sua sentença- foi totalmente exilado da vida.

A instituição estudada tem uma grande preocupação em manter as crianças ativas. Para isso as crianças são levadas para passeios, a participarem de festas de aniversário, de formatura e principalmente de projetos vinculados a área de educação e esporte. Para Goffman (1996, p.66) este tipo de atividade “pode ajudar o indivíduo a suportar a tensão psicológica usualmente criada pelos ataques ao eu”. Segundo o mesmo autor “toda instituição total pode ser vista como uma espécie de mar morto, em que aparecem pequenas ilhas de atividades vivas e atraentes”

Ao serem questionadas sobre as vantagens e desvantagens para as crianças estarem abrigadas na instituição, as funcionárias enfatizaram que apesar de estarem longe da família as crianças encontram-se muito melhor na instituição. Todas analisaram esta pergunta fazendo um comparativo entre lar-abrigo e lar-família, não houve questionamentos a respeito do processo de institucionalização.

Com o estudo foi possível verificar que as crianças são realmente bem cuidadas na instituição de abrigo. Todas são bem alimentadas, agasalhadas e há cuidado com a higiene pessoal das mesmas. As questões referentes a afetividade a instituição cuida de maneiras diferenciadas: apoiando voluntários, dando maior atenção para a criança pequena (idade inferior a cinco anos) quando ela está chegando ao estabelecimento e, principalmente, proibindo qualquer tipo de agressão enquanto as crianças estão lá dentro. Outra forma de trabalhar as questões afetivas é dando apoio ao pais para que venham visitar seus filhos nos finais de semana, incentivando a saída dos mesmos com suas crianças (para passar final de semana e datas festivas). Nem todos os pais mantêm assiduidade com as visitas, mas a instituição de abrigo é bastante preocupada com a manutenção destes vínculos.

Para conhecer as crianças institucionalizadas a respeito de seus desempenhos escolares, tive conversas informais com as mesmas, nas quais pude chegar a algumas constatações.

Das trinta e três crianças que encontravam-se abrigadas, dezessete freqüentavam a escola, no Ensino Fundamental. Deste total de crianças, quatorze apresentaram história de reprovação escolar, sendo que oito delas estavam no abrigo e dez reprovaram nas primeiras séries do Ensino Fundamental.

Estes dados nos levam a muitos questionamentos, tendo em vista que o período de abrigamento é vivido como uma lacuna para e na vida destas crianças, qual o significado de escola, “do aprender a ler e escrever” para as mesmas, durante esta fase, já que seus pensamentos estão voltados para quando saírem do abrigo? Ao que encontra-se, realmente, ligado este número gritante de reprovação escolar? Qual o investimento dado para a aprendizagem destas crianças já que elas “sempre repetem um ano”?

Sobre as razões que levam as crianças a encontrarem-se em situação de abrigo, realizamos análise documental. Conservamos as mesmas expressões utilizadas pelo Conselho Tutelar, nos encaminhamentos feitos para a instituição.

O maior motivo apontado como fator que levasse a situação de abrigo foi o abandono (16 crianças, das 33). Em um segundo momento temos o abuso ou suspeita de abuso sexual (6), a negligência familiar, onde está incluído maus tratos físicos e outros (5), a mãe doente e desnutrição havia 2 casos cada um e 1 caso de morador de rua que foi levado para o abrigo.

A principal razão, abandono, nos remete a uma leitura histórica. Este mesmo motivo foi um dos propulsores para a criação das primeiras casas de abrigo, segundo Badinter (1980). A realidade hoje nos mostra que muitas famílias optam pelo abandono por não terem condições de manter seus filhos próximos a si. O abandono, atualmente, não é caracterizado tanto como aqueles em que colocavam a criança a porta de um lar, de uma igreja ou de uma instituição, com um bilhete dentro do cestinho. Mas geralmente os pais vão tentar uma vida melhor, cuidar mais de si e de outros afazeres e deixam as crianças soltas, dentro da própria casa, ou não. Os vizinhos vão cuidando enquanto dá e em um determinado momento, geralmente, um deles denuncia ao Conselho Tutelar⁷ que encaminha para a instituição.

Considerações Finais

A instituição de abrigo estudada está verdadeiramente preocupada e empenhada em melhorar o ambiente para acolher as crianças que dela necessitarem. As várias particularidades que encontrei no cotidiano deste estabelecimento e que exigiram algumas reflexões sobre as repercussões deste para o desenvolvimento infantil, podem ser tido não como desinteresse de sua equipe administrativa ou de seus funcionários, mas sim como “falhas” essencialmente humanas ou provindas de uma total falta de recursos financeiros.

Compreendemos que as “falhas” humanas, referidas acima, são reflexo de falta de questionamentos a respeito do processo de institucionalização e de leituras aprofundadas sobre o desenvolvimento infantil. Há uma preocupação em manter a funcionalidade do estabelecimento e, questões urgentes como: que repercussões esta ou aquela prática tem para as crianças em situação de abrigo? Ficam em um segundo plano.

Penso que o fator determinante para um bom desempenho do estabelecimento estudado, são suas condições materiais. Acostumados com doações e, com isso, a viverem permanentemente em

⁷ De acordo com a Lei 8.069/1990, Art. 131 Conselho Tutelar é o órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei

uma espécie de corda bamba, o pensamento da instituição está mais voltado para angariar recursos e desta forma realizar algumas reformas que visam ampliar o estabelecimento e criar estruturas físicas para atenderem mais crianças. Com muita energia despendida para o lado material e físico, o cuidado afetivo e psicológico das crianças que ali se encontram abrigadas fica como papel dos grupos de voluntários.

Apesar da insegurança financeira em que vive a instituição estudada, há possibilidades de ampliar estes recursos, com parcerias com empresas brasileiras ou do exterior ou, ainda, com maior cobrança dos recursos governamentais. Este mesmo dinheiro poderia ser aplicado nos recursos humanos, aumentando o número de profissionais que trabalham diretamente com as crianças e não sejam um “faz tudo”, expressão utilizada por uma das atendentes. A reforma mais urgente para a instituição, no meu ver, é uma mudança de mentalidade, uma tentativa de fugir de toda uma idéia caritativa, construída historicamente.

Ampliar o espaço para atender mais crianças não garante qualidade no tempo em que as mesmas permanecerão no estabelecimento. A instituição mais adequada, seria aquela pequena, com uma pessoa, bem selecionada para atender um grupo de no máximo cinco crianças. Isto garantiria atendimento as necessidades básicas da infância. Para o porte da instituição estudada, seria necessário melhorar quantitativamente e qualitativamente os recursos humanos, investindo na formação dos mesmos.

Na minha visão, a instituição estudada deveria ter mais claro, não apenas teoricamente mas principalmente em sua prática cotidiana, alguns itens: Qual a postura ideológica que a permeia? Quais são os seus valores e de que forma passar isto para a criança?

Acredito ser importante ressaltar que as instituições de abrigo geram um imaginário de serem ambientes pouco favorecedores ao desenvolvimento infantil, penso que isto deve-se muito as pesquisas realizadas após a Segunda Guerra Mundial e ao olhar de piedade que temos frente a criança vítima de violência. No entanto, penso que os abrigos por si só não prejudicam as crianças, mas a forma como ele está organizado é que pode repercutir negativamente na vida das mesmas. O olhar que a sociedade têm sobre estas crianças também pode as atingir de forma negativa. As excessivas visitas, os presentes (doações) de brinquedos, roupas e objetos velhos ou em desuso, atingem diretamente estes grupos que estão em processo de formação de suas identidades. Outro fator é a idéia de família ideal que temos. Muitas destas crianças, podemos afirmar que a maioria, vieram de lares que estão longe de atingir o que consideramos um grupo familiar “normal”. Esta fixação social pela norma, faz com que muitas crianças e até adultos sofram, por que não tiveram o pai ideal, a mãe ideal, a macarronada ou o churrasco no domingo para reunir toda a família. Acredito que este sofrimento está muito mais ligado a esta idéia de perfeição, do que a falta

concreta destas figuras. O olhar e as palavras de piedade, durante a infância, faz com que o indivíduo crie uma idéia sobre si de falta, de auto-piedade, de frustração, de um sujeito que sempre será incompleto por que não teve a família ideal. Mas aqui fica a pergunta: Quem a tem?

Ao falarmos de instituição abrigo, além da idéia de família é importante comentarmos sobre violência contra o menor. Crianças vítimas de violência não é “privilégio” dos meninos e meninas que encontram-se sobre proteção, o grande diferencial é que suas histórias de vida estão expostas. Violência contra infância não escolhe classe social, não escolhe raça, nem credo e nem grau de escolaridade, ela está aí como a maior vergonha da nossa sociedade, encoberta ou explícita, vestindo diferentes máscaras. Por isso o olhar de piedade para com as crianças abrigadas é desnecessário, o que deve, e aqui me arrisco em utilizar o verbo dever, é pensarmos seriamente sobre esta prática, pois assim nos encheremos de revolta, de raiva, de indignação e vergonha, não apenas com o indivíduo que pratica o ato de violência, mas com uma sociedade que acredita que “só batendo é que se educa” ou “que a criança pede uns tapas”.

Este trabalho foi sendo construído a medida que novas leituras e reflexões foram feitas. A princípio teve a intenção de falar apenas sobre a instituição de abrigo, porém esta problemática instigou questionamentos acerca de outros temas de suma importância para a prática educativa, como a questão familiar, a questão da violência contra a infância, o problema do fracasso escolar, da miséria e de ambientes propícios ao desenvolvimento infantil.

Com todas estas reflexões posso afirmar que o presente trabalho teve muito de mim, foi uma leitura bastante pessoal, reflexões também baseadas nas minhas vivências e nos meus olhares. Afirmando minha postura de não neutralidade.

O problema de pesquisa deste trabalho foi conhecer como a instituição de abrigo está preparada para receber crianças. Acredito que trouxe muito mais indagações do que resposta propriamente ditas para esta questão. Penso também que esta pergunta não pode ser reduzida a respostas simplistas como “está bem preparada” ou “está mal preparada”. Foram apontadas muitas particularidades a respeito da instituição estudada, que pode se levar a uma série de considerações, que cada um poderá compreender a partir de seus próprios valores e percepções de mundo. Acredito que a riqueza deste trabalho encontra-se muito mais nas reflexões que podemos fazer a partir dele, do que de qualquer resposta fechada que eu poderia dar com esta pesquisa.

BIBLIOGRAFIA

BADINTER, E. **Uma amor conquistado - o mito do amor materno**. São Paulo: Nova Fronteira, 1980

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente. Lei Federal n. 8.069/1990**. Santa Maria: Pallotti, 2001.

FREUD, A. & BURLIGHAN, D. **Meninos sem lar**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1954

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1996.

LUFT, C. P. **Minidicionário Luft**. São Paulo. Ática, 2000.

MENDONÇA, R. O paradoxo da miséria. **Revista Veja**. São Paulo. Abril, janeiro de 2002, n.1735.

OSÓRIO, Luiz C. **Casais e Família: uma visão contemporânea**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SILVA, A. S. Lar triste lar. **Revista Isto É**. São Paulo: 3, janeiro de 2002, n. 1686

SPITZ, R. **El primer año de vida del niño**. Genesis de las primeras relaciones objetales. Madrid: Aguilar, 1966

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais- A pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987

VIGOTSKY, L.S. **Obras escogidas V - fundamentos da defectologia**. Ed. Visor, 1989

WINNICOTT, W. **A criança e seu mundo**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982